

MUNICÍPIO



DE GOIÂNIA

DIÁRIO OFICIAL

ÓRGÃO DE PUBLICIDADE DOS ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

N.º 77

Goiânia, 31 de Outubro

ANO 1964

PODER EXECUTIVO

LEIS:

LEI N.º 2649, DE 8 DE ABRIL DE 1964
"Concede pensão"

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Fica concedida ao senhor Domingos Miguel de Souza, ex-operário da Municipalidade, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros).

Art. 2.º — A pensão ora concedida será paga a partir de janeiro do corrente ano, ficando o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir, mediante decreto, o necessário crédito para o cumprimento desta lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos dezessete dias do mês de abril de hum mil novecentos e sessenta e quatro. (17.IV.1964).

Hélio Seixo de Britto — Prefeito — Antônio José de Oliveira — Sec. Fazenda — José Luiz Bittencourt — Sec. Administração — Genesco Ferreira Bretas — Sec. Educação — Aloysio Celso Ramos Jubé — Sec. Viação e Obras Pub.

"LEI N.º 2.811, DE 11 DE SETEMBRO DE 1964".

"Autoriza pagamento".

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a pagar a importância de Cr\$ 72.000,00 (setenta e dois mil cruzeiros) correspondentes ao aluguel do cômodo onde funciona o Serviço de Merenda do Grupo Escolar "Professora Edna de Roure", nesta Capital, relativo ao ano de 1963.

Art. 2.º — Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito especial necessário por decreto Executivo.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro. (1964)

Hélio Seixo de Britto — Prefeito — Antônio José de Oliveira — Francisco de Britto — Genesco Ferreira Bretas — Aloysio Celso Ramos Jubé.

"LEI N.º 2.815, DE 11 DE SETEMBRO DE 1964".

"Eleva pensão de viúva de servidor Municipal".

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Fica elevada para dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), mensais, a pensão da senhora D. Maria Antônia Clemente, viúva do antigo servidor municipal, João Clemente Pereira.

Art. 2.º — Fica o Prefeito autorizado a abrir por decreto executivo, o crédito necessário para a cobertura da presente lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Hélio Seixo de Britto — Prefeito — Antônio José de Oliveira — Francisco de Britto — Genesco Ferreira Bretas — Aloysio Celso Ramos Jubé.

"LEI N.º 2.817, DE 17 DE SETEMBRO DE 1964".

"Cria Coletorias Municipais".

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Ficam criadas duas coletorias municipais a serem instaladas no Mercado Central de Goiânia e no Mercado de Campinas, nesta Capital.

Art. 2.º — Fica o Prefeito Municipal, autorizado a proceder a necessária operação de crédito para o fiel cumprimento desta lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos 15 (quinze) dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Hélio Seixo de Britto — Prefeito — Antônio José de Oliveira — Francisco de Britto — Genesco Ferreira Bretas — Aloysio Celso Ramos Jubé.

"LEI N.º 2.818, DE 18 DE SETEMBRO DE 1964".

"Abre crédito especial de Cr\$ 12.199.997,80".

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Fica aberto no corrente exercício um crédito especial no valor de Cr\$ 12.199.997,80 (Doze milhões cento e noventa e nove mil novecentos e noventa e sete cruzeiros e oitenta centavos), para ocorrer o pagamento dos seguintes processos:

995/64 — Almerinda dos Santos	Cr\$ 2.400,00
1.028/64 — Alcides Rodrigues Martins	2.400,00
4.662/63 — Antônio Bispo de Oliveira	15.000,00
1.063/64 — Azarias Faustino da Silva	14.400,00
1.064/64 — Azarias Faustino da Silva	3.600,00

SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Ficam perdoadas tôdas as multas impostas aos contribuintes em atraso com a Fazenda Pública Municipal.

Art. 2.º — O presente cancelamento incidirá, também, nas ações ajuizadas pela Procuradoria Municipal de Goiânia.

Art. 3.º — O perdão a que se referem os artigos 1.º e 2.º somente será válido se o pagamento do principal for feito, integralmente, até o dia 30 de outubro de 1964.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos 15 (quinze) dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Hélio Seixo de Britto, Prefeito — Antônio José de Oliveira — Francisco de Britto — Genesco Ferreira Bretas — Aloysio Celso Ramos Jubé.

"LEI N.º 2.820, DE 18 DE SETEMBRO DE 1964"

"Cancela dívida ativa".

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Fica cancelada a dívida ativa do ano de 1962, inscrita contra AGRIPINA POTENCIANO e referente ao imóvel de sua propriedade, situado em Campinas, à Rua Benjamim Constant n.º 833.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos 5 (cinco) dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Hélio Seixo de Britto, Prefeito — Antônio José de Oliveira — Francisco de Britto — Genesco Ferreira Bretas — Aloysio Celso Ramos Jubé.

"LEI N.º 2.823, DE 18 DE SETEMBRO DE 1964"

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Caixa Econômica do Estado de Goiás — C.E.E.G."

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a Caixa Econômica do Estado de Goiás (CEEG) para concessão de empréstimos e financiamentos dos servidores públicos municipais.

Art. 2.º — A regulamentação da presente lei será feita através de Decreto Executivo.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Hélio Seixo de Britto, Prefeito — Antônio José de Oliveira — Francisco de Britto — Genesco Ferreira Bretas — Aloysio Celso Ramos Jubé.

"LEI N.º 2.824, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1964"

"Considera de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO GOIANA DE DESPORTOS, com sede nesta Capital".

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Fica considerada de Utilidade Pública a "Federação Goiana de Desportos do Estado de Goiás" com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos 9 (nove) dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Hélio Seixo de Britto, Prefeito — Antônio José de Oliveira — Francisco de Britto — Genesco Ferreira Bretas — Aloysio Celso Ramos Jubé.

"LEI N.º 2.825, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1964"

"Isenta de impostos de transmissão Inter-Vivus".

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Fica isento de impostos de Transmissão Inter-Vivus a CONGREGAÇÃO DE MADRES AGOSTINIANAS TERCEIRAS MISSIONARIAS DE ULTRAMAR, em relação ao Lote n.º 25, Quadra R-30 Setor Oeste, nesta Capital, doado pelas Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos 9 (nove) dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Hélio Seixo de Britto, Prefeito — Antônio José de Oliveira — Francisco de Britto — Genesco Ferreira Bretas — Aloysio Celso Ramos Jubé.

"LEI N.º 2.827, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1964"

"Prorroga Lei n.º 1.443 de 29-12-58"

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Fica pela presente lei, prorrogada pelo prazo de mais 3 (três) anos, a lei n.º 1.443 de 29-12-58, que beneficia a Sra. Feliciane de Paula referente a um imóvel sito à Rua 302, Q-116, L-13, Setor Norte Ferroviário.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos 15 (quinze) dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Hélio Seixo de Britto, Prefeito — Antônio José de Oliveira — Francisco de Britto — Genesco Ferreira Bretas — Aloysio Celso Ramos Jubé.

"LEI N.º 2.834, DE 8 DE OUTUBRO DE 1964"

"Concede Título de Cidadão Goianiense"

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Fica pela presente concedido Título de Cidadão Goianiense ao Senhor Deputado Federal, João de Medeiros Calmon.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos 12 (doze) dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Hélio Seixo de Britto, Prefeito — Antônio José de Oliveira — Francisco de Britto — Genesco Ferreira Bretas — Aloysio Celso Ramos Jubé.

“LEI Nº 2.853, DE 13 DE OUTUBRO DE 1964”

“Cria a taxa de Educação, de Registro e transferência de imóveis, taxa de viação e estabelece novos valores para a taxa de Saúde e Assistência Social, de Limpeza Pública e dá outras providências”.

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Ficam criadas as seguintes taxas:

- a) — Taxa de Educação;
- b) — Taxa de Registro e Transferência de lançamento de imóveis;
- c) — Taxa de Viação

§ 1.º — A Taxa de Educação incidirá sobre todos os conhecimentos de qualquer imposto municipal, à base de 10% (dez por cento) de seu valor;

§ 2.º — A taxa de Registro e Transferência de lançamentos de propriedade imobiliária será cobrada na base de 1% (um por cento) sobre o valor de escrituras de compra e venda ou promessa de venda de imóveis, bem como de formais de partilhas, cartas de adjudicação, cartas de arrematação ou provenientes de outras decisões judiciais que outorgam ou reconhecem domínio.

§ 3.º — A taxa de Viação será cobrada por ocasião do pagamento do imposto de veículos em geral, à razão de 10% (dez por cento) sobre o total dos respectivos impostos.

Art. 2.º — Os rendimentos provenientes da arrecadação da taxa de Educação serão integralmente destinados à manutenção e expansão do ensino Municipal, mediante planificação elaborada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3.º — A taxa de Registro e Transferência de lançamento de imóveis será integralmente aplicada na organização e manutenção de cadastro imobiliário e recolhida pelo comprador ou promitente comprador de imóvel.

Art. 4.º — Destinar-se-á a taxa de Viação à conservação e construção de estradas e vias públicas municipais, através planificação minuciosa da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

Art. 5.º — A Taxa de Registro e Transferência de Lançamento de imóveis será cobrada juntamente com o imposto de transmissão “inter vivos”, ou no ato da inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário, se for o caso.

§ único — Somente terá curso normal na Prefeitura processo que versar sobre imóveis, quando estiver o mesmo com registro atualizado.

Art. 6.º — A Taxa de demarcação de lotes criada pela Lei nº 2.472, de 25 de outubro de 1963, passará a ser cobrada a razão de Cr\$ 60,00 por metro linear.

Art. 7.º — A Taxa de Saúde e Assistência Social, criada pela Lei 2.521, de 10 de dezembro de 1963, será cobrada na base de 5% (cinco por cento) sobre o total do imposto devido à Municipalidade.

Art. 8.º — A Taxa de Limpeza Pública e coleta de lixo incidirá sobre o imposto predial ou territorial urbano, à razão de 10% (dez por cento) sobre o total devido, obedecidas, para sua arrecadação e lançamento, as normas estabelecidas para aqueles tributos.

Art. 9.º — A Taxa de Limpeza Pública e Coleta de Lixo é devida pelo prédio, ou parte do mesmo, ocupado por pessoa com economia distinta e por lote ou terreno não edificado, quando localizado em logradouro público aberto, pavimentado ou não.

Art. 10.º — A Tabela XII — Rendas de Cemitérios — Anexo da Lei 1.875, de 23 de outubro de 1961, passa a ter a seguinte redação:

I — INHUMAÇÕES EM SEPULTURAS (COVA)

1 — Adulto, por 4 anos	1.000,00
2 — Infante, por 4 anos	1.000,00
3 — Prorrogação do prazo, somente por 4 anos, por ano	500,00

II — INHUMAÇÕES EM CARNEIROS

1 — Perpetuidade, por metro quadrado	15.000,00
2 — Inhumção de adulto	1.900,00
3 — Inhumção de infante	1.000,00

III — NICHIO EM COLUMBARIO

1 — Por 5 anos	2.000,00
2 — Por 10 anos	3.000,00
3 — Por 15 anos	5.000,00
4 — Prorrogação por igual período, por ano ou fração	1.000,00
5 — Perpetuidade	10.000,00

IV — DIVERSOS

1 — Exumção a requerimento do interessado, antes de vencido o prazo de 4 anos	10.000,00
2 — Abertura e fechamento de canheiro para depósito ou retirada de ossadas	5.000,00
3 — Retirada ou entrada de ossada no cemitério	1.000,00
4 — Transferência de zona	5.000,00

V — CONSTRUÇÕES

O carneiro feito pela Prefeitura terá um acréscimo de 20% (vinte por cento) em seu custo a título de administração, entendendo esta taxa às demais construções feitas no cemitério.

Art. 11.º — Desocupado o terreno antes do vencimento do prazo da concessão, poderá a Prefeitura dispor do mesmo livremente.

Art. 12.º — Para sepultamento no Cemitério Parque de Goiânia serão observadas as seguintes normas:

I — Fica expressamente proibida construção de Mausoleus, Capelas, Santuários, cercados e carneiros nas áreas destinadas a sepultamento.

II — Fica igualmente proibida plantação de flores e arbustos nas áreas destinadas a sepultamento.

III — As galerias para sepultamento serão construídas pela Prefeitura, na conformidade do projeto de sua elaboração.

IV — As galerias serão adquiridas pelos interessados mediante o pagamento do custo da obra, com acréscimo de 20% (vinte por cento) a título de administração.

V — Os terrenos medem 3x3 metros e serão adquiridos mediante pagamento de uma só vez.

Art. 13.º — Para o Cemitério Parque de Goiânia ficam adotados os preços constantes da tabela XII, do art. 9.º, enquanto o Chefe do Executivo não baixar atos fixando novos preços.

Art. 14.º — Ficam revogados os artigos 161 e seus parágrafos 327, 328 e respectivos parágrafos único e art. 329, da Lei 1.875, de 23 de outubro de 1961, bem como todas as disposições em contrário, entrando em vigor a presente lei, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos 15 (quinze) dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Hélio Seixo de Brito — Genesio Ferreira Bretas — Francisco de Brito — Aloysio Celso Ramos Jubé.
tário de Administração.

"LEI Nº 2.751, DE 13 DE JULHO DE 1964"

"Concede isenção de imposto e cancela dívida ativa".

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Fica, pela presente Lei, Concedida isenção de impostos Predial Urbano, ao Senhor Etelvino de Souza Maciel, incidentes sobre o imóvel de sua propriedade, sito a Avenida do Contorno, n. 1644 Setor Norte Ferroviário, nesta Capital.

Parágrafo Único — A isenção de que trata o presente artigo será pelo prazo de três (3) anos.

Art. 2.º — Ficam perdoadas todas as dívidas ativas, existentes na Prefeitura, em nome do referido senhor.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos 20 (vinte) dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e quatro. (1964)

Hélio Seixo de Britto — Prefeito — Antônio José de Oliveira — Francisco de Britto — Genesio Ferreira Bretas — Aloysio Cel-Ramos Jubé.

Confere com a original.

Vitálio de Oliveira Lima — Escriturário nível 3.

DECRETO Nº 123**"ADOTA SIMBOLO"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 195 da Constituição Federal,

DECRETA

Art. 1.º — Fica adotado para o Município de Goiânia o seguinte símbolo:

"Um retângulo com fundo escuro em linhas horizontais, com projeção de dois edifícios modernos, duas placas de sinalização de trânsito, um cadeado aberto no qual se acha inscrito 1962, uma estrada em diagonal e, no canto inferior direito, os dizeres autonomia municipal de Goiânia".

Art. 2.º — O símbolo ora adotado será pintado em veículos da municipalidade e impresso em papéis da Prefeitura de Goiânia, inclusive selos.

Art. 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos dezessete dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e quatro (17-3-1964).

Hélio Seixo de Britto — Prefeito — José Luiz Bittencourt — Sec. de Administração — Francisco de Britto — Secretário.

DECRETO Nº 329**Demite Funcionário.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo nº 385/64 resolve, de acordo com o art. 207, incs. I e IV, da lei nº 1.667, de 13-6-60, demitir João Divino Dorneles, do cargo de Fiscal Lançador nível-9, do Quadro Único do Pessoal (QUP) desta Prefeitura.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos dezesseis dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e quatro (16-10-1964).

Hélio Seixo de Britto — Prefeito — Antônio José de Oliveira — Secretário da Fazenda. — Francisco de Britto — Secretário de Administração.

DECRETO Nº 292

(Abre Crédito Suplementar no valor de Cr\$. 199.351.500,00).

Art. 1.º — Fica aberto no corrente exercício um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 199.351.500,00 (Cento e noventa e nove milhões, trezentos e cinquenta e um mil e quinhentos cruzéis), para suplementar as seguintes verbas:

VERBA	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	IMPORTANCIA
1.11.8.02.0.1	— Subsídios do Prefeito	1.515.000,00
1.11.8.02.0.2	— Representação do Prefeito	361.500,00
1.11.8.02.0.3	— Repres. do Vice-Prefeito	605.000,00
1.11.8.02.0.4	— Vencimentos	1.000.000,00
1.12.8.02.0.1	— Vencimentos	3.800.000,00
1.13.8.05.0.1	— Vencimentos	802.000,00
2.11.8.02.0.1	— Vencimentos	2.010.000,00
3.11.8.03.0.1	— Vencimentos	8.000.000,00
3.11.8.03.0.2	— Gratificação de Função	248.400,00
3.41.8.03.0.11	— Gratificação de Função	75.000,00
4.1.8.07.0.1	— Vencimentos	37.350.000,00
4.1.8.07.0.2	— Gratificação	800.000,00
4.1.8.07.0.3	— Quebra de Caixa	850.000,00
4.2.8.07.1.5	— Serviço Extraordinário	2.000.000,00
4.32.8.07.1.13	— Gratif. Fiscais, lei 2302/63	3.000.000,00
5.1.8.08.0.1	— Vencimentos	1.120.000,00
5.1.8.08.0.2	— Gratificação	75.600,00
5.21.8.08.0.8	— Vencimentos	2.000.000,00
5.21.8.08.0.9	— Gratificação de função	60.000,00
5.21.8.08.0.10	— Quebra de Caixa	160.000,00
7.11.8.80.0.1	— Vencimentos	12.000.000,00
7.11.8.80.0.2	— Gratificação de função	1.000.000,00
7.21.8.80.0.1	— Vencimentos	189.000,00
7.21.8.80.0.2	— Gratificação	30.000,00
7.61.8.87.0.1	— Vencimentos	7.500.000,00
7.71.8.88.0.1	— Vencimentos	600.000,00
8.11.8.26.0.1	— Vencimentos	3.000.000,00
8.11.8.26.0.2	— Gratificação	30.000,00
10.11.8.33.0.1	— Vencimentos	51.520.000,00
10.11.8.33.0.2	— Gratificação	330.000,00
10.11.8.33.1.4	— Prof. Substitutas em Geral	2.000.000,00
10.21.8.33.0.1	— Vencimentos	2.530.000,00
10.21.8.33.0.3	— Gratificação Pro-Labore	240.000,00
10.31.8.33.0.1	— Vencimentos	2.500.000,00
10.31.8.33.0.2	— Gratificação ao Diretor	150.000,00
10.31.8.33.0.4	— Gratificação Pro-Labore	300.000,00
10.32.8.34.0.1	— Vencimentos	2.000.000,00
12.11.8.93.1.1	— Aposentados	9.600.000,00
12.16.8.99.4.3	— Sal. Família de Funcionários	24.000.000,00
12.16.8.99.4.4	— Adicionais	12.000.000,00
		199.351.500,00

Art. 2.º — Fica indicado como recurso para cobertura do Crédito contido no artigo 1.º — desta Lei, o provável excesso de arrecadação a se verificar no corrente exercício, nos termos do art. 16 e 19 da Lei nº 2.805 de 9/9/64.

Art. 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos 15 dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro (15-9-64).

Hélio Seixo de Britto — Prefeito — Antônio José de Oliveira — Secretário da Fazenda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
CONSULTORIA JURÍDICA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

"Alienação de terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Goiânia"

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Goiânia, tendo em vista o que dispõe a Lei Municipal n.º 2.789, de 26 de agosto de 1964, a quem possa interessar que se acha aberta, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial do Município, concorrência pública para a venda do terreno situado na Avenida Anhangueira, esquina com a Rua Senador Jayme, no bairro de Campinas, desta Capital.

1 — DIMENSÕES DO TERRENO — Pela Avenida Anhangueira 18,25; pela Rua Senador Jayme, 13,85; de chanfrado 4,28, com a área total de 340 m2.

2 — PREÇO — Somente serão levadas em consideração propostas de valor superior a Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

3 — CONDIÇÕES DE PAGAMENTO — O vencedor pagará a importância no ato da assinatura da competente escritura, em moeda corrente.

4 — As propostas serão encaminhadas à Procuradoria Municipal, através do Protocolo Geral, em envelopes lacrados, com a declaração — "CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA COMPRA DE TERRENO".

5 — Fica reservado ao Prefeito Municipal direito de anular a presente concorrência, sem que disso decorra qualquer onus, ou responsabilidade do Município.

6 — Ocorrendo a hipótese do número anterior, continuará aberta a concorrência, independente de nova publicação, por mais trinta (30) dias.

E, para que se torne público, de acordo com a Legislação vigente, lavrou-se o presente Edital, na Procuradoria Municipal, e se determinou que seja o mesmo publicado no Diário Oficial do Município.

Goiânia, 19 de setembro de 1964.

Antonio José de Oliveira — Secretário Municipal da Fazenda

"LEI N.º 2.580, DE 5 DE MARÇO DE 1964"

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Fica transformada em comercial a Rua 232 Setor Villa Coimbra, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

CAMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos cinco (5) dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e quatro (1.964).

Heli Mesquita

— Presidente —

Confere com o original.

Goiânia, 25/9/64.

José Neto de Araújo — Escriturário.

"LEI N.º 2.653, DE 25 DE MAIO DE 1964".

"Concede aos funcionários do Fisco Municipal e Coletores, o direito de aposentarem com vinte e cinco anos de serviço público".

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Fica, por força da presente Lei, assegurado aos funcionários do Fisco Municipal (Fiscais Lançadores, Inspetores de Rendas, Fiscais de Posturas, Agentes de Tributação, Fiscais de Obras Públicas) e Coletores Municipais, o direito de aposentarem-se pela Prefeitura Municipal de Goiânia, após vinte e cinco (25) anos de Serviço Público.

Parágrafo único — Os benefícios a que se refere a presente lei, são extensivos a todos os funcionários que, na época de sua aprovação, e pertencendo à categoria supra-citada, já tenham completados ou estejam prestes a completar vinte e cinco (25) anos de Serviço Público, sendo dez (10) dos quais prestados exclusivamente à Prefeitura Municipal de Goiânia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CAMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos vinte e cinco (25) dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Heli Mesquita — Presidente.

Confere com o original.

Goiânia, 14.10.64.

José Neto de Araújo — Escriturário nível-3.

"LEI N.º 2.703, DE 13 DE JULHO DE 1964".

"Isenta de imposto de transmissão "Inter-vivus", os imóveis adquiridos para residência dos Funcionários Públicos, por intermédio da Caixa Econômica Federal e Institutos de Previdência".

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI: —

Art. 1.º — Ficam isentos, do Imposto de Transmissão de Propriedade "Inter-vivus", todos os imóveis adquiridos para residência dos funcionários públicos federais, estaduais e municipais, por intermédio da Caixa Econômica Federal e Institutos de Aposentadoria e Pensões, inclusive o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Goiás, "IPASGO".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CAMARA MUNICIPAL DA GOIÂNIA, aos treze (13) dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Heli Mesquita — Presidente

Confere com o original

Goiânia, 24-9-64.

José Neto de Araújo — Escriturário

"LEI N.º 2.743, DE 2 DE JULHO DE 1964"

"Autoriza o Executivo Municipal a promover Concurso para instituição do Emblema e Bandeira, representativa do Município de Goiânia e das outras providências".

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º — Fica autorizado, pela presente lei, o Chefe do Executivo Municipal a promover Concurso para instituição de Emblema e Bandeira, representativo do Município Goiano.

Parágrafo único — O Concurso terá por tema, motivo histórico, concernente ao Município de Goiânia, a critério do concorrente.

Art. 2.º — Ao concorrente classificado em primeiro lugar, dentro de cada modalidade, especificada no artigo anterior, será conferido um prêmio em moeda corrente, na importância de Cr\$ 1000.000,00 cem mil cruzeiros).

Parágrafo único — No caso dos trabalhos de um mesmo concorrente, ser classificado em primeiro lugar em ambas as modalidades, a este caberá o total dos prêmios acumulados.

Art. 3.º — A Comissão Julgadora será composta de 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) do Poder Legislativo, indicados pelo Presidente da Câmara Municipal de Goiânia e 3 (três) designados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 4.º — Fica assegurado à Comissão Julgadora, pleno direito de desclassificar todos os trabalhos, se constatar não viros mesmos a atender as finalidades previstas nesta lei.

Art. 5.º — O Chefe do Poder Executivo baixará decreto regulamentando a presente lei, de acordo com os dispositivos legais.

Art. 6.º — Fica autorizado a operação de crédito indispensável à execução desta Lei.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 2 (dois) dias do mês de julho de mil novecentos sessenta e quatro (1964).

Heli Mesquita — Presidente.

Confere com o original — José Neto de Araújo:

"LEI Nº 2.744, DE 2 DE JULHO DE 1964".

"Modifica a Lei nº 2.307, de 25 de abril de 1963".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI: —

Art. 1.º — Na Lei n. 2.307, de 25 de abril de 1963, incluem-se os seguintes dispositivos:

"No § 2º do Art. 2º (in-fine), baixando-se a bandeira, em caso de chamado pelo telefone, logo após o telefonema".

§ 6º — "O Departamento Estadual de Trânsito estabelecerá as condições em que se exigirá a vistoria dos veículos compreendidos nesta lei, bem como as medidas asseguratórias de seu perfeito funcionamento".

Art. 2º — Incluem-se "in-fine" no artigo 6º.

"Art. 6º — devendo ser fixados os limites urbanos e sub-urbano da cidade, para efeito da cobrança da bandeira (2) dois.

Art. 3º — Suprima-se o artigo 7º (sétimo).

Art. 4º — Suprima-se o parágrafo único do artigo oitavo (8º).

Art. 5º — Onde se lê no Parágrafo único do art. 11 Prefeitura" — leia-se. Departamento Estadual de Trânsito.

Art. 6º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos dois (2) dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Goiânia, 24-9-64.

Confere com o original.

Heli Mesquita — Presidente

José Neto de Araújo — Escriturário.

"LEI Nº 2.775, DE 7 DE OUTUBRO DE 1964".

"Prorroga Vigência da Lei nº 1.834, de 4 de janeiro de 1961".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI: —

Art. 1.º — Fica prorrogada a vigência da Lei 1.834, de 4 de janeiro de 1961, que concede isenção de impostos ao Senhor WILSON BARBOSA JÚNIOR, referente ao imóvel de sua propriedade, sito à Avenida Paraná nº 265, no Bairro de Campinas, desta Capital.

Parágrafo único — A prorrogação de que se trata o artigo 1º será pelo prazo de três (3) anos.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos sete dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Heli Mesquita — Presidente

Confere com o original — Goiânia, 14/10/64.

José Neto de Araújo — Escriturário nível-3

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA A CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES Prazo de Habilitação 30 dias

De ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, torna-se público que a Prefeitura Municipal receberá proposta, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da primeira publicação deste Edital, na imprensa oficial do Município, para construção de 7 (sete) prédios escolares, já com bases prontas.

1 — Das propostas

1-1 — Qualquer pessoa física ou jurídica, satisfeitas as condições deste Edital, poderá apresentar proposta.

1-2 — Cada proposta deverá conter, em dois envelopes devidamente lacrados:

a) — No primeiro envelope, documentos de idoneidade, moral, técnica e financeira, bem como características da firma e identificação;

b) — No segundo envelope, declaração expressa de aceitação das condições deste Edital e que, se vencedora da concorrência:

b-1) — Apresentará qualquer documentação que vier a ser exigida para o competente registro do Contrato.

c) — Encarregar-se-á de todos os serviços relativos a material, mão de obra e encargos sociais indispensáveis à perfeita execução da obra sem ônus para os cofres municipais;

d) — Prazo para execução total do serviço.

1-3 — As propostas deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, até às 14 horas do último dia do prazo, dentro de envelopes lacrados e contendo os dizeres: "Documentos de idoneidade da firma..." e "Proposta da Firma..." à construção de prédios escolares municipais.

2 — Da documentação

2-1 — Todas as firmas que não se encontrem ainda inscritas na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, deverão apresentar, dentro do prazo que lhe for estipulado, a seguinte documentação:

a) — Requerimento de inscrição;

b) — Inscrição e quitação com o I.A.P.I.;

c) — Quitação municipal, estadual e federal, incluindo-se a do imposto de renda;

d) — Prova de já ter executado obra da mesma natureza;

e) — Idoneidade financeira, firmada por estabelecimentos bancários idôneos;

f) — Quitação militar;

g) — Título de eleitor dos representantes da Firma.

2-2 — Todos os documentos, a partir da letra "b", podem ser apresentados em fotocópias, devidamente autenticadas. Todas as firmas devem ser reconhecidas em Cartório.

3 — Prazos

3-1 — Os prazos para assinatura do Contrato e para o início das obras serão de cinco dias no máximo, contados, no primeiro caso, da data da intimação da firma vencedora do resultado da Concorrência, e, no segundo, da data da expedição da primeira ordem de serviços.

3-2 — Os prazos acima só poderão ser alterados por força

4 — Disposições gerais

4-1 — A Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas reserva-se o direito de anular a presente concorrência, por conveniência administrativa, sem que caiba qualquer indenização a terceiros, a qualquer título.

4-2 — Os interessados que tiverem pontos a esclarecer de caráter técnico ou legal, na interpretação dos termos deste Edital, serão atendidos no SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, da S.M.V.O.P..

4-3 — Especificações, plantas, e outras informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no horário das 14 às 17 horas.

Goiânia, 31 de outubro de 1964

Aloisio Celso Ramos Jubé

Sec. Municipal de Viação e Obras Públicas

"LEI N.º 2.748, DE 2 DE JULHO DE 1964"

"Autoriza o Executivo Municipal a promover Concurso para instituição do Emblema e Bandeira, representativa do Município de Goiânia e dá outras providências".

A CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º Fica autorizado, pela presente lei, o Chefe do Executivo Municipal a promover para instituição de Emblema e Bandeira, representativos do Município Goiano.

Parágrafo único — O Concurso terá por tema, motivo histórico, concernente ao Município de Goiânia, a critério do concorrente.

Art. 2.º — Ao concorrente classificado em primeiro lugar, dentro de cada modalidade, especificada no artigo anterior, será conferido um prêmio em moeda corrente, na importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

Parágrafo único — No caso dos trabalhos de um mesmo concorrente, ser classificado em primeiro lugar em ambas as modalidades, a este caberá o total dos prêmios acumulados.

Art. 3.º — A Comissão Julgadora será composta de 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) do Poder Legislativo, indicados pelo Presidente da Câmara Municipal de Goiânia e 3 (três) designados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 4.º — Fica assegurado à Comissão Julgadora, pleno direito de desclassificar todos os trabalhos, se constatar não vir os mesmos a atender as finalidades previstas nesta lei.

Art. 4.º O Chefe do Poder Executivo baixará decreto regulamentando a presente lei, de acordo com os dispositivos legais.

Art. 6.º — Fica autorizada a operação de crédito indispensável à execução desta Lei.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

CAMARA MUNICIPAL DE GOIANIA, aos 2 (dois) dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e quatro (1964).

Heli Mesquita

— Presidente —

DECRETO N.º 163

Torna Decreto sem efeito

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar sem efeito o Decreto n.º 26, de 7-2-61, que concedeu ao Sr. BENEDITO DO ESPIRITO SANTO, funcionário desta Prefeitura, 2 (dois) anos de licença para tratamento de interesses particulares.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos vinte e dois dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e quatro (22-4-1964).

Hélio Seixo de Brito — Prefeito — José Luiz Bittencourt — Secretário de Administração.

Estabelece Normas

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA no uso de suas atribuições legais,

Considerando que é dever da administração zelar pela conservação do patrimônio comum, não permitindo danos e prejuízos à coisa pública;

Considerando a necessidade de fixar responsabilidades dos que têm a seu cargo o uso de viaturas municipais e definir melhor as atribuições de cada um nos exatos termos do que dispõe o Decreto n.º 8, de 16 de janeiro de 1964;

Considerando, ainda mais, a imperiosa obrigação de bem definir a culpabilidade dos servidores na prática nociva de atos atentatórios ao erário, que merecem ser punidos na forma de direito,

RESOLVE baixar o seguinte decreto:

Art. 1.º — Durante o tempo em que uma viatura estiver em conserto na oficina, por motivo de acidente ou de negligência do seu responsável, este não será aproveitado noutra função nem perceberá salário algum.

Art. 2.º — Provada a culpa do motorista ou operador de máquina, correrão por sua conta as despesas com a respectiva recuperação do veículo ou máquina sob sua responsabilidade, de acordo com o que estabelece o art. 5.º do decreto n.º 8, de 16 de janeiro de 1964.

§ único — O responsável será sumariamente dispensado do serviço quando o prejuízo for avaliado em mais de Cr\$ 240.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos dezoito dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e quatro (18-6-1964).

Hélio Seixo de Brito — Prefeito — José Luiz Bittencourt — Secretário de Administração — Antônio José de Oliveira — Secretário de Fazenda — Genesio Ferreira Bretas — Secretário de Educação e Cultura — Aloisio Celso Ramos Jubé — Secretário de Viação e Obras Públicas.

DECRETO N.º 137

Concede licença para tratar de interesses particulares.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo n.º 698/64, resolve conceder à Sra. Benedita Rodrigues da Paixão, Inspetor de Alunos nível-3 desta Prefeitura, 1 (um) ano de licença para tratar de interesses particulares, a partir de 14 de fevereiro de 1964.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos dez dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e quatro (10-4-1964).

Hélio Seixo de Brito — Prefeito — Genesio Ferreira Bretas — Secretário de Educação e Cultura — José Luiz Bittencourt — Secretário de Administração.

DECRETO N.º 204

Concede licença para tratar de interesses particulares.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo n.º 1059/64, resolve conceder à Sra. DORACI DE OLIVEIRA SANTANA CARDOSO, Professora desta Prefeitura, 3 (três) meses de licença para tratar de interesses particulares, a partir de 7 de março de 1964.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANIA, aos dezoito dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e quatro (18-5-1964).

Hélio Seixo de Brito — Prefeito — Genesio Ferreira Bretas — Secretário de Educação e Cultura — José Luiz Bittencourt — Secretário de Administração.